

A REALIDADE DA INCORPORAÇÃO DE ANGLICISMOS
NO PORTUGUÊS DO BRASIL VISTA NO CONTEXTO DAS
ATUAIS CONTENDAS SOBRE O TEMA.

Maria Helena de Moura Neves*

USP/UNESP

Abstract

From the linguistic processing standpoint, this paper analyses aspects of the assimilation of foreignism, especially those of anglicisms, into Brazilian Portuguese. The analysis seeks insertion into the center of the discussion of linguistic politics, as the issue has become a political matter. At the same time it gives importance to the role assimilation plays in covering notions of the semantic structure of Brazilian Portuguese.

Este estudo sobre estrangeirismos deriva de um projeto maior, que foi a preparação de um guia de uso do português do Brasil¹, e, por isso, declara-se, em princípio, não dirigido pelo aspecto político da questão. Não interferem centralmente na investigação determinações de políticas de planejamento lingüístico e não há uma perspectiva intervencionista, mas, preferentemente, se procede a uma verificação das escolhas das formas pelos usuários da língua. No exame dos dados, cotejam-se os usos das formas com as recomendações tradicionais sobre a incorporação de estrangeirismos².

Ilha do Desterro	Florianópolis	nº 47	p.019-048	jul./dez. 2004
------------------	---------------	-------	-----------	----------------

Entretanto, o próprio estudo da submissão dos neologismos ao sistema do português não se desvincula de uma regulação politicamente determinada, embora não tenhamos no Brasil organismos oficiais incumbidos de fixar princípios reguladores (lingüísticos, sociolingüísticos, metodológicos)³.

O propósito central do subprojeto é documentar e analisar, do ponto de vista do processamento lingüístico, a utilização e a incorporação de estrangeirismos de todas as procedências na língua portuguesa. Mas, por sugestão das polêmicas em curso e pela própria realidade, que mostra a incorporação maciça de empréstimos do inglês, procedi, neste trabalho, a uma especialização do objeto, limitando a análise aos anglicismos, com a finalidade de confrontar comportamentos e verificar especificidades, já, então, buscando alguma inserção e emolduramento no seio da batalha sobre política lingüística em que se transformou a questão na voz dos envolvidos. Nesse embate, um lado é representado por forças de poder político constituído ou de trânsito fácil na mídia, e, de outro lado, por vozes que só aparecem também com força política porque seus argumentos – que na verdade são lições – carregam a eminência do saber lingüístico sobre os fatos.

Na premência do espaço disponível, vou delimitar a questão a alguns dos tópicos recorrentes nela, com atenção especial para a cobertura de noções na estrutura semântica da língua, e, não sem intenção, deixo para o final a questão política, que não é menor, mas é diferente e mais distante da linha central de investigação que venho fazendo.

Vamos primeiro aos fatos, aos resultados numéricos e qualitativos da pesquisa. A primeira verificação que a análise busca é o modo de incorporação dos estrangeirismos (neste caso especial, dos anglicismos), o que significa, basicamente, documentar os modos de adaptação do neologismo ao sistema fonológico e ortográfico, e os modos de adaptação do neologismo às regras morfosintáticas. É diretriz inicial a verificação da frequência, organizada segundo tais modos de incorporação, o que permite mapear a proporção que tomaram – até o momento da coleta e da investigação – os diversos destinos possíveis, quais sejam:

- a) uso exclusivo da forma original inglesa;

b) concorrência entre a forma original, inalterada graficamente, e uma forma com grafia aportuguesada;

c) concorrência entre a forma original, inalterada graficamente, e uma forma traduzida ou equivalente em português;

d) uso exclusivo de forma aportuguesada/portuguesa de palavras originadas de palavra estrangeira, com desaparecimento total da forma gráfica original.

Os resultados numéricos são extremamente similares para estrangeirismos em geral e para anglicismos em particular.

No exame da distribuição dos usos de palavras estrangeiras encontram-se os seguintes resultados:

a) só grafia original: 51%;

b) só grafia aportuguesada: 8%;

c) grafia original concorrendo com grafia aportuguesada: 24%;

d) grafia original concorrendo com palavras traduzidas / correspondentes portuguesas: 17%.

No exame da distribuição dos usos de palavras inglesas encontram-se os seguintes resultados:

a) só grafia original: 52%;

b) só grafia aportuguesada: 6%;

c) grafia original concorrendo com grafia aportuguesada: 23%;

d) grafia original concorrendo com palavras traduzidas / correspondentes portuguesas: 19%.

Chama a atenção o fato de mais de 50% dos casos serem, em ambas as investigações, representados por palavras que apenas se usam com a forma gráfica original inglesa, o que poderia sugerir, numa análise desavisada, subserviência e passividade dos usuários. Por outro lado, entretanto, é observável que em nenhum caso se mantém fonema estranho ao sistema do português, o que significa que, como era de esperar, essas palavras foram de imediato submetidas às regras fonológicas da língua. Aliás, esse é o caminho natural dos empréstimos, que, assim, entram na língua de chegada sem alterar seu sistema fonológico, e, portanto, sua organização⁴. É o que se pode ver no Quadro 1, que representa uma pequena amostra.

Quadro 1

Palavras originais	Número
<i>baby-doll</i>	34
<i>backup</i>	23
<i>banner</i>	3
<i>best-seller</i>	407
<i>bit</i>	349
<i>blues</i>	512
<i>bookmaker</i>	5
<i>boom</i>	346
<i>boy</i>	301
<i>brownie</i>	5
<i>brunch</i>	39
<i>bug</i>	49
<i>byte</i>	9
<i>cheddar</i>	14
<i>closet</i>	45
<i>country</i>	1
<i>crack</i>	294
<i>derby</i>	8
<i>doping</i>	304
<i>download</i>	37
<i>ecstasy</i>	62
<i>flat</i>	165

<i>free shop</i>	52
<i>freelance</i>	1
<i>hacker</i>	42
<i>hippie</i>	157
<i>hit</i>	348
<i>iceberg</i>	168
<i>jazz</i>	1766
<i>jet-ski</i>	65
<i>joystick</i>	49
<i>kart</i>	102
<i>laser</i>	592
<i>leasing</i>	342
<i>marshmallow</i>	13
<i>megawatt</i>	25
<i>microchip</i>	6
<i>pager</i>	43
<i>palmtop</i>	5
<i>scanner</i>	101
<i>show</i>	5834
<i>show-room</i>	44

Além disso, trata-se especialmente de nomes de produtos (por exemplo, *backup, banner, brownie, ecstasy, marshmallow, palmtop, scanner*) ou de técnicas (por exemplo, *doping, download, leasing*), para muitos dos quais facilmente se pode prever vida efêmera, já que a

velocidade das descobertas do mundo moderno proverá, em muitos casos, a substituição desses produtos e técnicas por outros⁵.

O segundo grupo em frequência (23%) é aquele em que a forma gráfica original inglesa convive com uma palavra aportuguesada, de que há amostra no Quadro 2.

Quadro 2

Palavras com grafia original	Palavras com grafia aportuguesada	Número com grafia original	Número com grafia adaptada	Soma	% com grafia adaptada	% com grafia original
<i>bang-bang</i>	bangue-bangue	5	40	45	11,11%	88,89%
<i>baseball</i>	beisebol	16	260	276	5,80%	94,20%
box	boxe	218	4065	4283	5,09%	94,91%
<i>bulldog</i>	buldogue	9	15	24	37,50%	62,50%
<i>cartoon</i>	cartum	71	45	116	61,21%	38,79%
<i>cocktail</i>	coquetel	132	521	653	20,21%	79,79%
<i>container</i>	contêiner	12	50	62	19,35%	80,65%
<i>corner</i>	córner	48	29	77	62,34%	37,66%
<i>cowboy</i>	caubói	67	78	145	46,21%	53,79%
<i>crack</i>	craque	1	482	483	0,21%	99,79%
<i>cricket</i>	críquete	2	26	28	7,14%	92,86%
<i>dandi</i>	dândi	1	36	37	2,70%	97,30%
<i>destroyer</i>	destróier	8	11	19	42,11%	57,89%
<i>dollar</i>	dólar	9	2347	2356	0,38%	99,62%

<i>drink</i>	drinque	43	130	173	24,86%	75,14%
<i>film</i>	filme	162	8699	8861	1,83%	98,17%
<i>football</i>	futebol	51	14443	14494	0,35%	99,65%
<i>gang</i>	gangue	107	279	386	27,72%	72,28%
<i>gangster</i>	gângster	10	74	84	11,90%	88,10%
<i>goal</i>	gol	3	2151	2154	0,14%	99,86%
<i>hamburger</i>	hambúrguer	118	149	267	44,19%	55,81%
<i>hollerith</i>	holerite	1	20	21	4,76%	95,24%
<i>jeep</i>	jipe	43	246	289	14,88%	85,12%
<i>jockey</i>	jóquei	110	132	242	45,45%	54,55%
<i>ketchup</i>	catchup	62	10	72	86,11%	13,89%
<i>knock-out</i>	nocaute	2	157	159	1,26%	98,74%
<i>layout</i>	leiaute	44	1	45	97,78%	2,22%
<i>lead</i>	lide	23	8	31	74,19%	25,81%
<i>lord</i>	lorde	121	188	309	39,16%	60,84%
<i>lunch</i>	lanche	15	243	258	5,81%	94,19%
<i>milk shake</i>	milk -shake ⁶	40	29	69	57,97%	42,03%
<i>milord</i>	milorde	1	2	3	33,33%	66,67%
	Total	1555	34966	36521	4,26%	95,74%

Um resumo da amostra está no Quadro 2A :

Quadro 2A

	Grafia original	Grafia adaptada
Número de Palavras	6	26
Porcentagem	18,75%	81,25%
Número de ocorrências	1555	34966
Porcentagem	4,26%	95,74%

Verifica-se que, havendo aportuguesamento, a forma adaptada ao português prevalece maciçamente sobre a forma original, que é praticamente alijada dos contextos: não apenas as formas aportuguesadas são as que prevalecem em mais de 80% do conjunto de palavras da amostra como também, de um total de 36.521 de ocorrências, 34.966 (quase 96%) são representadas por palavras aportuguesadas, o que limita a cerca de 4% o total de ocorrências na forma original inglesa, quando há competição com aportuguesamento de formas. Podemos capitalizar esse dado para a afirmação de que o fato frustra o temor por muitos, demonstrado de aniquilamento do vernáculo pela adoção de palavras estrangeiras⁷.

Acresce que os poucos casos (pouco mais de 20%) em que a forma original inglesa é numericamente mais usada se constituem de palavras que:

a) ou oferecem dificuldade para aportuguesamento, como, por exemplo, *ketchup*, que, para possibilidade de registro de fonema vocálico realmente semelhante ao original inglês da primeira sílaba (/e/) necessitaria, em português, de registro gráfico com **qu**, uma grafia que seguramente seria considerada estranha⁸.

b) ou envolvem uma particularidade bem formal, como a exigência de um acento gráfico, para que a forma se configure como portuguesa, como, por exemplo, *corner* / **córner**, palavra na qual a falta de acento agudo pode muito bem deixar de ser avaliada dentro da problemática de incorporação de empréstimos, que é a que aqui nos ocupa;

c) ou, finalmente, trata-se de palavras de um corpo de termos técnicos que tem a mantê-los, tais como moldados na forma inglesa, o fato de fazerem parte de um conjunto de curso comercial internacional; são, na verdade, quase nomes próprios, como, por exemplo, *layout* e *lead* (esta última palavra, ainda, com o complicador de um choque homonímico entre a forma aportuguesada e o substantivo português pré-existente **lide**).

Um terceiro grupo (19% do total) é aquele em que a forma gráfica original inglesa convive com uma palavra portuguesa traduzida ou semanticamente equivalente, de que há amostra no Quadro 3.

Quadro 3

Palavras com grafia original	Palavras portuguesas correspondentes	Nº com grafia original	Nº traduzidas	Soma	% com grafia original	% correspondentes
<i>aplomb</i>	desenvoltura	10 ^{al}	219	229	4,37%	95,63%
<i>baby-sitter</i>	babá	24	313	337	7,12%	92,88%
<i>background</i>	pano de fundo	45	259	304	14,80%	85,20%
<i>black</i>	câmbio negro	20	37	57	35,09%	64,91%
<i>corner</i>	escanteio	48	476	524	9,16%	90,84%
<i>dancing</i>	discoteca	35	156	191	18,32%	81,68%
<i>deadline</i>	prazo de entrega	7	78	85	8,24%	91,76%
<i>display</i>	mostruário	30	25	55	54,55%	45,45%
<i>double face</i>	dupla face	2	17	19	10,53%	89,47%

<i>e-mail</i>	correio eletrônico	177	232	409	43,28%	56,72%
<i>franchising</i>	franquia	424	458	882	48,07%	51,93%
<i>freezer</i>	congelador	45	26	71	63,38%	36,62%
<i>front</i>	frente de batalha	214	23	237	90,30%	9,70%
<i>full time</i>	tempo integral	18	163	181	9,94%	90,06%
<i>gentleman</i>	cavalheiro	43	255	298	14,43%	85,57%
<i>grapefruit</i>	toranja, toronja	9	4	13	69,23%	30,77%
<i>happening</i>	evento	34	4834	4868	0,70%	99,30%
<i>hard disk</i>	disco rígido	8	313	321	2,49%	97,51%
<i>hard rock</i>	roque pesado	57	82	139	41,01%	58,99%
<i>hobby</i>	passatempo	404	136	540	74,81%	25,19%
<i>host</i>	anfitrião	8	564	572	1,40%	98,60%
<i>hot-dog</i>	cachorro-quente	7	75	82	8,54%	91,46%
<i>living room</i>	sala de estar	60	106	166	36,14%	63,86%
<i>lobby</i>	ante-sala	915	74	989	92,52%	7,48%
<i>make-up</i>	maquilagem	32	160	192	16,67%	83,33%
<i>open market</i>	mercado aberto	283	59	342	82,75%	17,25%

<i>pocket book</i>	livro de bolso	1	18	19	5,26%	94,74%
<i>pop art</i>	arte popular	30	48	78	38,46%	61,54%
<i>ranking</i>	classificação	2116	2041	4157	50,90%	49,10%
<i>replay</i>	reprise	33	139	172	19,19%	80,81%
<i>timer</i>	temporizador	17	4	21	80,95%	19,05%
<i>weekend</i>	fim-de-semana	91	1198	1289	7,06%	92,94%
	Total	5247	12592	17839	29,41%	70,59%

Um resumo desta amostra está no Quadro 3A :

Quadro 3A

	Grafia original	Palavras correspondentes
Número de Palavras	9	27
Porcentagem	25,00%	75,00%
Número de Ocorrências	5247	12592
Porcentagem	29,41%	70,59%

Novamente se verifica que as palavras traduzidas para o português, ou palavras portuguesas semanticamente correspondentes às do inglês, representam grande maioria (75% da amostra), e, portanto, em apenas 25% dos casos a forma inglesa é a que prevalece sobre a forma portuguesa. Além disso, observa-se que, no total de ocorrências, a for-

ma traduzida, ou a correspondente em português, apresenta valor numérico altamente significativo (12.592 em 17.839, ou seja, cerca de 71%).

Por outro lado, pode-se até alegar que 25% de uso de palavras originais inglesas é muito, nesse tipo de proporção. Entretanto, a manutenção da forma inglesa, em muitos dos casos, ao invés de constituir fator de consideração de alta receptividade de termos estrangeiros, pode ser vista como constituição de jargões de especialidade, dentro daquela mesma necessidade de constituição de conjuntos de denominações de objetos, produtos e técnicas a que fiz referência ao comentar o Quadro 1. O uso da forma inglesa como tal passa atestado de que a palavra ainda é sentida como estrangeira, como empréstimo, como termo técnico, por razões reais dificilmente substituível naquele campo de especialidade.

Verifica-se que facilmente se podem invocar razões pragmáticas, aparentemente estranhas ao funcionamento lingüístico (razões concretas e reais de mercado, dir-se-ia), que impedem a desconsideração do termo inglês⁹. Por exemplo:

a) nem todo **mostruário** é exatamente um *display*, e nem toda **ante-sala**, é um *lobby*.

b) **congelador**, na verdade, não é exatamente o mesmo que *freezer*, e *baby-sitter* não é o mesmo que **babá**¹⁰;

c) *hobby* é termo mais específico, tanto semanticamente como pragmaticamente, do que **passatempo**, e o mesmo ocorre entre *timer* e **temporizador** e entre *ranking* e **classificação**.

A incorporação da forma estrangeira por adaptação gráfica, sem que esteja mantido o uso da forma gráfica original, está em 6% do total (**Quadro 4**)

Quadro 4

Palavras originadas do inglês usadas apenas na forma portuguesa	Número de palavras
casimira	33
debênture	31
estória	169
flerte	61
foxtrote	5
fã	892
fã-clube	165
nocaute	157
pônei	11
rinque	14
rosbife	30
sanduíche	271
teste	3589
tílbur	12
time	9173
trólebus	39
voleibol	29
xerife	150

Esse baixo percentual contrasta com os 23% de casos em que a grafia estrangeira se encontra competindo com a forma aportuguesada,

Quanto à submissão às regras fonológicas e gráficas do português, fato acentuado no início do comentário ao gráfico apresentado, verificaram-se os seguintes processos adaptativos:

a) omissão de fonema, como em **hambúrguer**, do original (ingl.) *hamburger*: a consoante aspirada inicial *h* desapareceu ao adaptar-se ao sistema lingüístico português;

b) substituição de fonema, operada por meios como

b1) acomodação ao sistema fonológico português, como em (ingl) *ray-ban* / *rei-bæn* / : o fonema /*e*/ passou a /*ai*/ e o fonema /*æ*/ passou a /*ã*/ ; e *hamburger*, onde o fonema /*æ*/ passou a /*ã*/.

b2) atribuição da pronúncia portuguesa à grafia original, mantendo-se, assim, em português, a mesma grafia da língua original, como na palavra *interface* (em inglês, /'intəfeis/) que, em português, é pronunciada /inter'fasi/ (esquema favorecido pelo fato de, no português, existirem os dois elementos, *inter* e *face*).

c) introdução de fonema, especialmente no fim da palavra (por *paragoge* ou *építese*), como em (ingl) *ketchup* > **ketchup(i)**¹¹, ou no início de palavra (por prótese, como em *spray* > **(i)sprei**¹²).

d) manutenção de fonema, com adaptação da grafia portuguesa, para representação do fonema original, como em *lead* > **lide**; *football* > **futebol**; e *baseball* > **beisebol**¹³.

e) deslocação do acento, como em (ingl) *baseball* > **beisebol**, além da palavra *hamburger*, já citada acima, que passou a **hambúrguer**.

f) introdução de grafema – **lide**¹⁴ e **futebol**.

Os resultados obtidos na investigação empreendida indicam, em primeiro lugar, que nenhuma palavra se mantém com feição fonológica estranha à língua portuguesa, e que nenhuma palavra aportuguesada se mantém com feição gráfica discrepante das regras ortográficas do português, o que testemunha o perfeito funcionamento das regras de incorporação de vocábulos¹⁵. Por outro lado, o fato de prevalecerem casos de manutenção da forma gráfica original sem o registro de palavra correspondente portuguesa - ressaltado que isso ocorre especialmente em palavras que denominam produtos ou técnicas de introdução recente na cultura - deixa evidente que nesses casos os usuários

têm consciência de que se trata de simples empréstimos (literalmente, isto é, com expectativa de “devolução”) de formas estrangeiras para cumprimento conjuntural da função de denominação de entidades, e de que se trata, portanto, de formas sentidas como marginais no léxico português.

Avaliados os resultados de análise obtidos, a observação mais relevante para o enquadramento da questão na discussão de política lingüística efervescente no momento é que aos nossos lingüistas que mais se envolveram nos debates bastou o raciocínio que o conhecimento da ciência lingüística lhes concede para aduzir todos os argumentos fortes que estão revelados nos dados observados no uso de anglicismos entre nós.

Coletei algumas das lições de alguns lingüistas que se envolveram – ou a mídia envolveu – nas discussões¹⁶ e verifiquei que:

1) o essencial do que eles dizem, do ponto de vista lingüístico, é o que a história da língua realmente mostra, sem pruridos criados ao arrepio da própria vida da língua;

2) o essencial do que eles dizem, do ponto de vista político, mais faz cobrar das forças politicamente constituídas a implementação de uma legítima ação política de defesa da língua, do que negar a essas forças que tal ação lhes compete.

Algumas das conclusões que aqui pude trazer do trabalho de cunho lingüístico que empreendi nas duas etapas estão exatamente abrigadas nos fatos invocados pelos lingüistas que se expuseram nas controvérsias a que se deu tanto destaque na mídia nos últimos tempos. Há a lamentar o fato de que, infelizmente, se deu voz e vez aos estudiosos da linguagem quase exclusivamente por força do fato oficial e público da existência de um projeto de lei sobre a matéria em tramitação no Congresso, contra o qual as intervenções dos lingüistas mais soaram como reações de classe do que como explicações de fatos cientificamente avaliados e assentados, o que, realmente, foram.

Sobre a triste lembrança desse projeto de lei, de autoria do deputado Aldo Rebelo¹⁷, ou sobre a probabilidade de outros que surjam com o mesmo tipo de proposta, basta dizer que nenhuma peça de legislação

nesse sentido será operante. Para que se cumprisse o que em documentos de tal teor se pretende e se promete, seria necessário que uma lei conseguisse ser um instrumento com tal tipo de força. Bem lembrando: é da essência de uma lei que ela exista para banir o múltiplo que subverte a governabilidade, e não é no domínio da palavra que o múltiplo e o dinâmico devem ser proibidos, ou mesmo evitados.

E qualquer falante sabe que ninguém fala sua língua nativa, ninguém exerce sua competência lingüística regida por textos de lei. Nenhuma evidência, nenhum precedente, nenhum indício mostra que algum povo teme naturalmente leis de banição quando exerce a faculdade da linguagem. Não seria exatamente o povo brasileiro!

Nem mesmo por determinação de patrulheiros se governam manutenções ou descartes de empréstimos. Nunca é demais lembrar que indicações respaldadas na autoridade do próprio Mário Barreto (*Através do dicionário e da gramática* (1927); *Fatos da língua portuguesa* (1954); *Últimos estudos* (1944); *Novos estudos de língua portuguesa* (1921)) se frustraram no andamento da história de galicismos, anglicismos, castelhanismos e italianismos que então se condenavam. Algumas dessas palavras como *nourisson* (“criança de peito”), *sobriquet* (“alcunha”) ou *pronunciamento* (por **amotinamento**) desapareceram completamente da língua, outras como **restaurante** e **eclosão** estão absolutamente incorporadas, e essa acomodação (seja o descarte seja a incorporação) se fez naturalmente, pelo povo, pelos usuários, sem interveniência e sem influência de legisladores ou de controladores¹⁸. A título de curiosidade, pode-se, ainda, invocar o *Glossário de Fr. Francisco de S. Luís*, obra elogiada no *Dificuldades da língua portuguesa* (SAID ALI, 1957 [1908], p. 189-190) “pela abundância de conceitos judiciosos”, na qual se criticavam, entre outros, usos como: o de *jornal*¹⁹ por *diário*; o de *progredir*²⁰ por *ir por diante*, *fazer progressos*; o de *população*²¹ por *povoação*; o de *rotina*²² por *trilha*, *usança*²³.

Entretanto, como dizia nosso mestre Said Ali na *Gramática secundária*, “a adoção de estrangeirismos se fez em todas as épocas, sempre que no vocabulário da língua não se encontrava termo perfeitamente

adequado ao conceito novo” (SAID ALI, 1966, p. 226). Do mestre é, ainda, esta lição perfeita:

As idéias modernas reclamam novos vocábulos para sua expressão, e é de todo impossível escrever um capítulo sobre hodiernas instituições sociais ou políticas sem recheá-lo de neologismos creados ou vulgarizados nestes últimos cem anos. Os clássicos portugueses se hoje ressuscitassem, precisariam, para entender-nos, do auxílio de um elucidário de milhares de palavras.

Toleram os puristas, quando muito, algumas novidades recentes, mas em geral entendem que se deve restabelecer o antigo bom uso. Muitas vezes, em troca de um estrangeirismo ou de um termo de legitimidade suspeita se oferecem à escolha seis ou oito expressões portuguesas correntes nos escritores clássicos. Mas o povo insiste em manter e preferir a locução moderna. É quando associa a esta locução uma idéia muito clara e muito precisa, que não percebe ou que já não consegue perceber nenhum dos vocábulos que lhe apresentamos em substituição. Debalde se condena detalhe, detalhar, usados há 150 anos em boca portuguesa e brasileira, e se propõe particularidade, circunstância, pormenor, pormenorizar, minudência, miudeza, minúcia. Detalhe é um francesismo expressivo, insinuante e afortunado. Logrou entrada fácil em todos os idiomas cultos: inglês, alemão, russo, sueco, dinamarquês, italiano, espanhol e português. E está a parecer que nunca mais o deportarão nem as forças unidas dos puristas de todas. estas nações.

(.....)

Com o tempo e a decisão da maioria vencem-se repugnâncias lingüísticas as mais justas. Se proposital e propositado não morrerem ambos, não será de admirar que venha a prevalecer justamente o termo menos recomendável ou menos recomendado agora. Quem é que, depois de tantos anos de anexação, se lembra hoje de protestar contra este mal cunhado neologismo, quando por outra parte dizemos conexão, e podíamos reclamar se restituísse anexão, tirado diretamente do latim?

(SAID ALI, 1957, p. 190-191, itálico meu)²⁴

Destaco o trecho: “É quando [o povo] associa a esta locução uma idéia muito clara e muito precisa, que não percebe ou que já não consegue perceber nenhum dos vocábulos que lhe apresentamos em substituição.” Aí está o fulcro da questão, eminentemente semântico: do estoque de palavras e expressões que tem à disposição na sua competência comunicativa para atuar lingüisticamente, o falante escolhe espontaneamente aquela que, naquele ponto, melhor signifique o que ele quer significar, isto é, dentro do elenco dos (aparentemente) sinônimos que poderiam caber num determinado ponto do enunciado, ele fará a escolha que, segundo seu julgamento, lhe garanta que a interpretação de seu parceiro de interlocução seja a mais próxima possível da sua intenção comunicativa e expressiva²⁵.

Sabemos claramente que, por artimanhas de recurso publicitário, podem aparecer aqui e ali termos “desnecessários”, mas um termo estrangeiro não entra e não se incorpora na língua se não constituir por si um eficiente recurso de expressão. É gratuita uma observação como a de José Pedro Machado, em *Estrangeirismos em língua portuguesa* (s/d, p. 9) de que um estrangeirismo é realmente desnecessário “quando houver no nosso léxico elemento capaz de com exatidão designar a mesma idéia, sem o perigo de se confundir com outro vocábulo local”. Evidentemente, exatidão de designação de idéias não existe em uma língua natural.

Discutindo a pretensa equivalência entre um termo vernáculo e um determinado estrangeirismo, Aubert (Aubert, 2001, p. 170) defende o “enriquecimento da precisão semântico-pragmática” que se pode obter com o termo estrangeiro²⁶. Eu lembraria alguns casos que considero típicos de uso de estrangeirismo com obtenção de uma precisão semântica envolvida em enquadres pragmáticos, tais como a evocação de uma singular cultura e a inserção em uma singular prática (mercadológica, por exemplo): primeiro lembro a tradicionalmente execrada expressão **alta costura** (já cunhada em português, mas vinda do francês *haute couture*) e a palavra **bistrô** (francês *bistrot*), que só elas trazem o *charme* que trazem; e, para completar, lembro a incomparável e insuperável parelha *savoir-faire* e *know-how*, o primeiro termo com a característica da sutil *finesse* francesa, e o segundo com a característica do cru pragmatismo norte-americano, ambas as características recuperáveis apenas se fincadas na evocação da origem.

Com certeza o aspecto semântico da questão é determinante para a compreensão da sistemática de incorporação natural de termos estrangeiros na língua. Nesse sentido, outra observação de Aubert merece ser lembrada:

Em outros termos, ainda que nos primeiros momentos o elemento estrangeiro adentre a língua receptora como um corpo aparentemente estranho, na ausência de outros fatores de dominação (fatores demográficos, militares, subjugação educacional e similares), só deita raízes e se difunde quando passa a integrar o sistema receptor, quando passa, portanto, a fazer parte integrante da estrutura da língua, quando, portanto, adquire significados e sentidos não mais do idioma original e sim do idioma de recepção. Neste processo, embora mantenha aparência de palavra estrangeira, desvincula-se da estrutura semântica de origem, podendo tornar-se, inclusive, irreconhecível para a comunidade da língua de partida (Aubert, 2001, p. 170, itálico meu).

De fato, mesmo que entre na língua para denominar determinada atividade para a qual se poderia cunhar um termo vernáculo, e, portanto, mesmo que entre como termo estranho, como é o caso de *office-boy*, qualquer termo estrangeiro vai, na nova língua, ocupar um determinado lugar num determinado recorte de campo de noções que já se encontra organizado (embora sempre em equilíbrio instável), isto é, ele entra num determinado espaço dentro de uma estrutura semântica equilibrada da língua de chegada, estrutura com certeza diferente daquela da língua de saída: como diz Aubert (ibid), as tarefas do *office-boy* brasileiro e do seu equivalente estadunidense ou britânico não são as mesmas.

É assim também que, como aponta Said Ali no trecho citado (Said Ali, 1957, p.190-191) e como lembram todos os estudiosos que buscam apontar a naturalidade da incorporação de estrangeirismos nas línguas de cultura, a proposta de substituição de determinados termos estrangeiros, já incorporados, por termos vernáculos, feita por alguns patulheiros, é absolutamente insatisfatória, já que, em cada par, os dois termos não ocupam exatamente a mesma zona na organização lingüística de noções da língua de chegada. Alguns exemplos já foram dados, mas ainda é o caso, por exemplo, das seguintes sugestões de substituição que Schmitz registra: **panqueca** por *waffle*, **camisolinha** por *baby-doll*, **japona** por *blazer*, **prancha** por *surf board* (SCHMITZ, 1988).

Outra evidência do baralhamento a que têm estado sujeitas certas manifestações de repúdio a termos de origem estrangeira é a desconsideração de que certas incorporações, como as que simplesmente atribuem novo significado a termo já existente na língua (o chamado “neologismo semântico”, ou “empréstimo semântico”), representam o que de mais natural o funcionamento lingüístico tem: a radiação metafórica do significado. É o caso evidente de termos do português que, no domínio da informática, assumem um significado de inspiração inglesa, como **clicar**, **configurar**, **justificar**, **navegar**, **rodar**, **servidor**.

Finalmente, quanto à polêmica que o projeto que esteve no foco das discussões suscitou, cabe observar que a questão de política lingüística, propriamente, perdeu o centro, e, nesse terreno, pouco se lucrrou. Os políticos e a imprensa que vai na sua esteira conseguiram sempre acentuar os temas da política mais genérica: o nacionalismo (e sua exacerbação), o colonialismo (e o pavor de suas garras), a xenofobia (e a falsa ameaça à integridade e à sobrevivência da língua). Só vou lembrar que somos exatamente daqueles países que (fazendo eco a algumas indicações de Carlos Alberto Faraco²⁷), por suas condições religiosas, territoriais, políticas e históricas, dificilmente conseguirão recolher justificativas de nacionalismo exacerbado, de reação a colonialismo de fronteira e de experiência particularmente desastrosa de incorporação de estrangeiros no país.

Aquele velho chavão de que a nossa língua portuguesa “vai mal” nada mais tem sido do que uma manifestação de patrulheiros que pegam beira numa visão que, à luz de uma ciência lingüística, não se sustenta. É algo como assumir uma afirmação do tipo desta de Cândido de Figueiredo, do finalzinho do século XIX (Figueiredo, 1900, p. 7): “se da decadência da língua é lícito inferir a decadência da respectiva nacionalidade, Portugal tem decaído muito”²⁸.

Da coleta que empreendi, lembro apenas quatro dos argumentos invocados por aqueles que julgam necessário patrulhamento de alguma ordem no sentido de combater e banir os anglicismos da língua portuguesa. Nenhum desses argumentos mostrou ter sustentação nos dados da análise, como já haviam demonstrado, só com o raciocínio guiado por uma reflexão segura sobre o funcionamento da linguagem, alguns dos lingüistas que entraram no embate.

1) A invasão dos estrangeirismos descaracteriza a língua.

É absolutamente funcional o processo adaptativo dos empréstimos. Eles se submetem imediatamente às regras fonológicas do português: é evidente que fonemas se omitem, se substituem (por acomodação ao sistema fonológico português ou por atribuição da pronúncia portuguesa à grafia original), ou se introduzem, mas nenhum falante precisa dominar a fonologia do inglês para se fazer entendido no uso

dos execrados anglicismos que estão por aí. Nem muito menos ocorre que um falante abandone a sintaxe e os processos morfológicos de sua língua para incorporar os empréstimos de outra.

2) A invasão dos anglicismos dificulta a comunicação do homem do povo.

Os problemas apontados nos debates só envolvem o léxico, e, muito freqüentemente, trata-se de nomes de circulação tão marcadamente setorial que apenas determinadas classes de indivíduos estão expostos ao convívio com tais formas. Ora, essa exposição é vivência, e na vivência o falante aprende e incorpora naturalmente os termos, usando-os sem dificuldade enquanto eles tiverem realmente presença nos ambientes cuja freqüência gerou o aprendizado e a incorporação²⁹.

Assim, os problemas em geral se concentram em áreas que podemos chamar de **marginais**, porque representam bolhas de desenvolvimento tecnológico ou de tendências de consumo acopladas a esse desenvolvimento, por isso mesmo efêmeras e de uma instabilidade que não constitui nenhuma ameaça ao equilíbrio que reconhecidamente caracteriza as línguas naturais. Afinal, ignorância do significado de um ou outro termo é o que sempre terá qualquer dos falantes de uma língua, já que o conjunto do léxico da própria língua não é compreensível para todos e para cada um dos falantes, mesmo os que dominam um extenso vocabulário³⁰. Os estrangeirismos, se bem vistos, facilmente se diluem no contingente do léxico desconhecido que nenhum falante pode dizer que não tem.

3) A invasão dos estrangeirismos aprofundaria o fosso social num país tão “socialmente desequilibrado” como o Brasil.

Na verdade, o fato de alguns termos ingleses (sem tradução e sem adaptação) reconhecidamente fazerem parte de conjuntos de termos profissionais ou técnicos restritos não é o que vai estigmatizar indivíduos: ou os indivíduos vão estar fora desses contextos porque social, cultural e politicamente a eles não se integram, ou terão acesso ao uso das palavras inglesas pertencentes a esse universo e delas se utilizarão

até o momento em que os produtos e técnicas se substituam por outros e as palavras desapareçam junto com o produto nomeado.

4) A invasão de estrangeirismos ameaça a soberania nacional.

Como diz Schmitz, para alguns “os estrangeirismos, especialmente os anglicismos, refletem (...) uma subserviência política e econômica ao capitalismo e ao imperialismo do mundo globalizado” (Schmitz, 2002, p. 68).

Entretanto, por maior que seja o contingente de palavras estrangeiras (e de um determinado idioma estrangeiro) no momento em uso, nenhum grupo delas vai desequilibrar campos básicos constituídos, aqueles que regulam as atividades vitais do homem, independentemente de especializações de atividades e de idiosincrasias de modos particulares de criação de bens.

Pelo contrário, uma estagnação total de incorporação de estrangeirismos em algum momento da história da língua é que deveria assustar política e culturalmente. Que tipo de nação seria aquela cujo léxico conseguisse permanecer engessado, alheio e imune ao influxo de avanços tecnológicos de outras nações? À parte a possibilidade de uma invasão maciça por ocupação territorial e dominação política, a hipotética ausência de incorporações poderia, sim, representar absoluto descarte da nação como entidade cultural e política. Soberania nacional nunca se obteve por decreto, muito menos um decreto emanado do próprio governo que perde a soberania.

Notas

* Atuou como auxiliar na busca de ocorrências no corpus a bolsista de Iniciação Científica (CNPq) Mayra Fernanda Borceda.

1 O livro *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*, de minha autoria, foi publicado em 2003 pela Editora da UNESP (Neves, 2003a). Trata-se de um estudo que, baseado em pesquisa de ocorrência e, quando necessário, também de frequência, informa como está sendo usada a língua no Brasil, cotejando o uso real com as prescrições que a tradição vem repetindo. Partindo do princípio de que o uso pode contrariar a norma, e o falante tem liberdade de escolha, a obra dá a

conhecer os dois lados da questão: o modo como os manuais normativos dizem que “deve ser” e o modo como, realmente, “é”.

- 2 Valho-me, nas análises, de um banco de dados de língua escrita, de mais de cem milhões de ocorrências, disponível no Centro de Estudos Lexicográficos, da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Câmpus de Araraquara, que contém textos em prosa selecionados a partir de 1950, diversificados nos tipos romanescos, oratório, jornalístico, técnico e dramático, o que permite ampla observação da manifestação lingüística no português contemporâneo. Desse modo, os dados que aqui se apresentam referem-se apenas a produções escritas, mas dos mais variados tipos. Não posso deixar de observar que um exame do mesmo tipo em corpus oral é impossível, já que no Brasil não se dispõe de um banco de dados representativo do falar geral do país.
- 3 Não fica desconsiderado o papel de registro oficial que tem o nosso *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Não se desconhece, também, a proposta, em Portugal, em 1943, da criação de um Instituto de Língua Portuguesa, que, “entre outras finalidades, deveria proteger a língua portuguesa contra o uso abusivo de estrangeirismos” (Alves, 2000, p. 119). Quanto a órgãos reguladores em outros países, Schmitz (Schmitz, 1988).refere-se à Academia da Língua Hebraica, do Estado de Israel, à Académie de la Langue Française, da França, ao Conseil de la Langue Française, do Canadá e à Real Academia Española, da Espanha.
- 4 Vários estudiosos apontam esse fato, por exemplo, Fiorin (2001, p. 115), que exemplifica com a pronúncia “róti dógui”, para o inglês *hot dog*.
- 5 Cite-se: “(...) é importante notar que, embora pareça fácil apontar, hoje, *home banking* e *coffee break* como exemplos claros de estrangeirismos, ninguém garante que daqui a alguns anos não estarão sumindo de bocas e mentes, como o *match* do futebol e o *rouge* da moça; assim como ninguém garante que não terão sido incorporados naturalmente à língua, como o *garçom* e o *sutiã*, o *esporte* e o *clube*.” (Garcez e Zilles, 2001, p. 18). Da “vida lingüística curta” de alguns empréstimos fala Boulanger (1986), ao analisar o procedimento dos lexicógrafos franceses no registro de estrangeirismos.
- 6 É pelo uso do hífen que incluo como ‘aportuguesada’ essa forma, embora no segundo elemento dela ainda se mantenha representação gráfica inglesa.
- 7 Cite-se novamente o trabalho de Garcez e Zilles (2001): “De resto, os elementos estrangeiros que surgem do contato lingüístico muitas vezes têm vida curta, como

as gírias, ou são incorporados de modo tão íntimo à língua que os acolhe, pelos processos normais de mudança lingüística, que em duas gerações nem sequer são percebidos como estrangeiros. Com efeito, os que conhecem a língua de origem nem reconhecem seus elementos quando usados como empréstimos” (p. 19-20). E, só para lembrar palavras francesas (a ameaça na época da grande força cultural do idioma francês), poder-se-ia perguntar, hoje, quem é que sente como empréstimos palavras como **hotel, trem, restaurante, crochê**, ou quem é que se incomoda com as formações **audacioso** e **pretensioso**, tidas como galicismos por João Ribeiro (Ribeiro, 1933).

- 8 Observe-se, no Quadro 2, que o registro gráfico dessa palavra que vem sendo feito em português (no Brasil) é **catchup** (com **a** na primeira sílaba), registro que não reflete a pronúncia usual da vogal, mas que contorna a estranheza de um registro com **qu** inicial.
- 9 Ao aspecto semântico-pragmático da questão voltarei mais adiante.
- 10 Observe-se que José Pedro Machado (Machado, s/d), comentando o caso desse termo inglês, lembra que **ama-seca** (em português de Portugal) não é seu equivalente.
- 11 Na sua observação sobre a pronúncia portuguesa “róti dógui”, Fiorin (2001, p. 115) explica essas vogais finais pelo fato de que “em nosso sistema fonológico não há travamento silábico em T e G”. Observo que também não há em P, como se verifica na pronúncia **ketchup**(i). Na própria grafia essa adaptação é evidente, como se aponta em (12), a seguir.
- 12 Na grafia, essa adaptação para o português se traduz pela letra **e** inicial, como em **escore, eslaide, esnobe, estande, estêncil; estresse**. Trata-se de um processo que reflete a índole da língua, repetindo a passagem de palavras latinas (iniciadas pelo chamado “s impuro”) para o português, como em **espécie, espectro, esplêndido, espontâneo, estrela**.
- 13 Nessa adaptação eliminam-se as letras *k, w, y*, que não estão abrigadas no alfabeto gráfico do português. São casos do tipo de **basquetebol, copidesque, jérsei, sanduíche, uísque, caubói**. Todas essas adaptações (e outras) estão apontadas em Neves (2003 a).
- 14 Acréscimo no final, como esse, também representa a ausência de travamento silábico com determinadas consoantes, em português: para o final T, temos grafias

como **faroeste, flerte, nocaute**; para o final G, grafias como **buldogue, gangue, ringue**; para o final P, grafias como **clipe, jipe**; e para outros finais consonantais do inglês, grafias como **copidesque, drinque, clube, recorde, filme, surfe, turfe**. Todas essas adaptações (e outras) estão apontadas em Neves (2003a).

- 15 Numa lição normativa sobre a necessidade de adaptação ao vernáculo do “neologismo”, Souza Lima, que reserva a denominação *estrangeirismo* às palavras que contrariem as regras de boa formação, dita: “O neologismo, para ser legítimo, deve ter boa analogia, isto é, não contrariar as leis de formação das palavras vernáculas. Será, do contrário, um *vício de linguagem* denominado *barbarismo*; ou *estrangeirismo*, se provier de outro idioma.” (SOUZA LIMA, 1945 [1937], p. 389). E merece ser lembrada, como exemplo, a seguinte lição de Gonçalves Viana, que em suas *Apostilas aos dicionários portugueses* teve grande preocupação com o aportuguesamento de palavras de origem estrangeira: “QUARZO, QUARÇO, QUARTZO. É já tempo de aportuguesar de todo este vocábulo que, faz parte integrante da nomenclatura mineralógica, escrevendo-se *quarzo*, sem o *t*, ou *quarço*, se se preferir por estar mais próximo da pronúncia alemã de *quartz*, convém saber *cuartçe*. Os espanhóis escrevem *cuarzo*, pronunciando o *z* quási como o nosso ç. A. J. Gonçalves Guimarães empregou a forma estrangeirada *quartzo*, o que admira, pois com maior escrúpulo procurou nacionalizar a nomenclatura geológica. No Suplemento ao *Novo Dicionário* já se aconselham as duas formas aportuguesadas a que me refiro aqui” (GONÇALVES VIANA, 1906, Tomo II, p. 309).
- 16 Cito especialmente Carlos Aberto Faraco, John Robert Schmitz, José Luiz Fiorin e Sírio Possenti.
- 17 Projeto de Lei nº 1676 de 1999.
- 18 Como diz Faraco (2001a): “Uma simples passada de olhos (...) pela história do português (como de qualquer outra língua) revela, com absoluta transparência, que os estrangeirismos nunca constituíram problema: os falantes, sem a tutela de ninguém e sem leis esdrúxulas, sempre souberam gerir a dinâmica do empréstimo lexical.”
- 19 Assim diz a lição: “JORNAL: por *diário* he palavra franceza, que nos não era necessaria; e sem embargo de ser hoje mui usada, até de pessoas doudas, não a julgamos adoptavel, maiormente attendendo à homonymia, que se deve evitar, quanto possivel for, por ser um sinal infallivel de pobreza da linguagem.” (p. 11).

- 20 Assim diz a lição: “PROGREDIR: He vocabulo trazido de novo à nossa lingua, à imitação dos francezes, que também o tomáráo do latim *progredi*. (...). Não o julgamos de absoluta necessidade.” (p. 111).
- 21 Assim diz a lição: “POPULAÇÃO: (POPULATION) Os nossos bons escritores dizião com melhor analogia *povoação*; comtudo não reprovamos *população*, que tem a seu favor o uso frequente, e algumas boas auctoridades modernas.” (p. 107).
- 22 Assim diz a lição: “RUTINA OU ROTINA: He gallicismo desnecessario, e porém mui vulgarmente usado.” (p. 120)
- 23 Assim fala Said Ali desses “vocábulos que escandalizavam os zeladores do falar castiço, no começo do século XIX”: “Grande parte, como previa, adotou-se sem dificuldade; outros, que lhe pareciam inaceitáveis, acham-se hoje de tal modo incorporados ao português, que já ninguém se lembra de discutir sobre a sua legitimidade ou, sequer, de a pôr em dúvida” (SAID ALI, 1957, p. 189).
- 24 Do mesmo teor é este outro trecho do pronunciamento de Said Ali na sua *Gramática secundária*: “O emprego de termos novos, completamente desconhecidos do passado, é de necessidade absoluta para dar nome às invenções e descobertas modernas, aos usos e costumes próprios do nosso tempo, bem como para expressar os conceitos novos que se criaram nos diversos campos dos conhecimentos humanos e nas instituições políticas, sociais e econômicas. Muitos dos neologismos importados são expressões internacionais empregadas como mesmo sentido em outros idiomas e tendo apenas as modificações de pronúncia e terminação reclamadas pela índole da respectiva língua: *telégrafo, fotografia, radiogramna, telefone, sociologia, biologia, lingüística, legitimismo, morfinismo, tungstênio, volfrânio, aeroplano, revólver, torpedeira, júri, clube, altruísmo, etc.*” (SAID ALI, 1957, p. 226).
- 25 Lembre-se o modo de interação verbal proposto na gramática funcional (Dik, 1997; Neves, 1997).
- 26 Quando comenta a alegada “prática abusiva” que seria o uso do termo estrangeiro se a palavra ou expressão tiver equivalente em língua portuguesa, Aubert chama a atenção para o fato de que essa “equivalência” tem de ser posta em questão, e exemplifica: “**Deletar** deve ser eliminado em favor de **apagar**? Se tal eliminação for implementada, perde a língua portuguesa o enriquecimento da precisão semântico-pragmática proporcionada por esta dupla terminológica no domínio da linguagem da informática, posto que *deletar* significa, na maioria dos

aplicativos disponíveis, um apagamento recuperável, enquanto que *apagar* ou *eliminar* refere-se à retirada não-recuperável da informação” (p. 170).

- 27 Ver Faraco (2001c): “Como no Brasil não temos imigrantes na proporção dos países da Europa Ocidental e dos EUA; como não temos uma questão religiosa (que direcionasse o nacionalismo para um fundamentalismo ao estilo do Afeganistão); como não precisamos disputar espaço por liderança política com nossos vizinhos mais próximos; como nossas manifestações culturais estão, em sua maior parte, constitucionalmente protegidas dos tuteladores e guardiões de plantão, sobrou a presença de palavras estrangeiras para ocupar o lugar do dragão da maldade do nacionalismo requentado (...) (p.??)”.
- 28 Citei essa afirmação para dizer que, nos dias de hoje, desenvolvida a ciência lingüística, “já ninguém ousaria falar em mudança lingüística como abastardamento ou decadência”, desse modo como se vê nessa frase de Cândido de Figueiredo (Neves, 2003a, p. 51).
- 29 Encontro em Possenti (2001) a seguinte ilustração desse argumento que invoco: “(...) certamente, é verdade que, hoje, um camponês não compreenderá a palavra “printar”, p. ex., mas é porque não usa computador, e não porque o termo é inglês ou porque ele é camponês”. Observo que aí se cita especialmente o verbo **printar** porque ele consta, na Justificativa do Projeto do deputado Aldo Rebelo, entre as palavras que fazem “supor que estamos na iminência de comprometer, quem sabe até trincar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano, que dominam o nosso cotidiano” (Possenti, 2001, p. 166).
- 30 Entrando em uma análise crítica da questão, Possenti diz que mais grave do que o fato de que um camponês não entende os termos que vêm do inglês “é o fato de que nosso homem do campo (e também da cidade e mesmo o bem escolarizado) não compreende o texto de uma bula de remédio, de uma procuração, de um contrato de aluguel, quem sabe de um projeto de lei...” (Possenti, 2001, p. 166).

Referências bibliográficas

- ALVES, I. *Um estudo sobre a neologia lexical: os microssistemas prefixais do português contemporâneo*, 2000. Tese (Livre-docência). Universidade de São Paulo.

- AUBERT, F. H. Preconceitos lingüísticos subjacentes ao Projeto de Lei nº 1676/99. In: URBANO, H. et al. (Orgs.) *Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 160-172.
- BARRETO, M. *Novos estudos da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1921.
- _____. *Através do dicionário e da gramática*. 1. ed. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma Editora, 1927.
- _____. *Últimos estudos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Epasa, 1944.
- _____. *Fatos da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.
- BOULANGER, J. C. *Aspects de l'interdiction dans la lexicographie française contemporaine*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1986.
- DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Ed. by Kees HENGEVELD. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- FARACO, C. A (org.). *Estrangeirismos. Guerras em torno da língua*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2001a.
- _____. O maiúsculo e o minúsculo. Caderno "Mais!". *Folha de S. Paulo*, 15/04/2001, 2001b.
- _____. Nacionalismo requeitado. Caderno "Mais!". *Folha de S. Paulo*, 01/07/2001, 2001c.
- FIGUEIREDO, C. *Lições práticas da língua portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Ferreira Editora, v.1, 1900.
- FIORIN, J. L. Considerações em torno do projeto de lei nº 1676/99. In: FARACO, C. A. (Org.). *Estrangeirismos. Guerras em torno da língua*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2001, p. 107-125.
- GARCEZ, P. M. e ZILLES, A. M. S. Estrangeirismos, desejos e ameaças. In: FARACO, C. A. (Org.). *Estrangeirismos. Guerras em torno da língua*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2001, p. 15-36.

GONÇALVES VIANA, A.R. *Apostilas aos dicionários portugueses*. Tomos I e II. Lisboa: Livraria Clássica Editora / A. M. Teixeira, 1906.

MACHADO, J. P. *Estrangeirismos em língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Notícias, s/d.

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. São Paulo: Editora UNESP, 2003a.

_____. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2003b.

POSSENTI, S. A questão do estrangeirismo. In: FARACO, C. A. (org.). *Estrangeirismos. Guerras em torno da língua*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2001, p. 163-176.

RIBEIRO, J. *Gramática portuguesa*. Curso superior. 22 ed. inteiramente refundida. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1933.

SAID ALI, M. *Dificuldades da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957 [1 ed. 1908].

_____. *Gramática secundária*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

SCHMITZ, J. R. A língua portuguesa e os estrangeirismos. *Leitura*, 07/12/1988.

_____. Para que servem os dicionários? *Imprensa*. v.15, n. 168, jan. / fev., p. 67-68, 2002.

SOUZA LIMA, M. P. *Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945 [1. ed. 1937].